



Índice

- 01** Reunião tenta resolver disputa por terra nos bairros Maicá e Área Verde
- 02** Com Dilma ou Aécio, agronegócio ameaçará direitos de indígenas e quilombolas
- 03** Oito são presos por comprar carne de índios após saque a caminhão em MT
- 04** Ministério da Cultura lança mais bolsas para residência em Londres
- 05** Manifesto explicita situação calamitosa da Educação Escolar Indígena
- 06** Estância de gado no Paraguai é investigada por genocídio
- 07** Indígena cadeirante sofre tentativa de sequestro em Santiago Kue/Kurupi
- 08** Casa do Índio está sem água e luz há meses, em Altamira
- 09** II Encontro nacional de Professores e Professoras Indígenas começa nesta terça, 28, em Luziânia (GO)
- 10** O momento atual exige dos povos indígenas e de seus aliados muita coragem e ousadia
- 11** Festival Yawa reúne lideranças indígenas
- 12** Povo Puyanawa atualiza plano de gestão de sua terra indígena
- 13** Comunidades indígenas participam do Dia da Família: Uma Ação Social
- 14** Se PEC dos ruralistas passar nunca mais haverá demarcação de terra indígena
- 15** Fase seleciona profissionais para trabalho temporário em comunidades quilombolas



- 16** Decisões recentes ameaçam direitos territoriais indígenas e abrem polêmica no Supremo Tribunal
- 17** O clamor dos indígenas que precisamos ainda ouvir
- 18** Polêmica sobre demarcação de terras deve voltar à tona na Câmara em 2015
- 19** 1ª Assembleia do Povo Kinikinau, de 6 a 9/11, Terra Indígena Nioaque, Aldeia Cabeceiras
- 20** Indígenas do MS se organizam
- 21** Incra recebe a posse de fazendas para criar assentamentos em Minas Gerais
- 22** Dourados registra 23 assassinatos contra indígenas este ano
- 23** Na defesa de uma educação que valorize saberes tradicionais, encontro reúne professores indígenas
- 24** Microprojetos de Fortalecimento Regional atende regiões e bases do CIR
- 25** Mais de 100 indígenas farão atos pela educação e demarcação de terras nesta quarta-feira em Brasília
- 26** Conselho do Povo Terena realiza 6ª Grande Assembleia: 19 a 23 de novembro, em Lalima
- 27** Indígenas querem exoneração de diretores
- 28** Caminhões e máquinas apreendidas pelo IBAMA em Aldeia Indígena de Juara são doados para Juína e Marcelândia.
- 29** Indígena é estuprada e deixada no Anel Viário em Dourados

Reunião tenta resolver disputa por terra nos bairros Maicá e Área Verde

SÍTIO GLOBO.COM, 28.10.2014

*Moradores dos bairros e quilombolas apresentaram propostas para impasse.
Conflito é quanto à implantação da área quilombola, objeto de desapropriação.*



Uma das áreas apresentadas na reunião como alternativa de uso comum ainda terá a parte documental analisada
(Foto: Reprodução/TV Tapajós)

Uma reunião entre moradores dos bairros Maicá e Área Verde, e representantes de remanescentes quilombolas, da Prefeitura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na manhã de segunda-feira (27), em Santarém, oeste do Pará, tentou resolver a situação de uma disputa por terra nos dois bairros da cidade.

A questão fundiária gerou um conflito quanto à implantação da área quilombola que seria objeto de desapropriação pelo Município. Durante a reunião, os dois grupos apresentaram propostas de utilização da área em conflito. "Os moradores apresentaram uma área de cinquenta hectares que está sem ocupação e que pode ser, perfeitamente, destinada a isso. Eles querem uma outra área que é de uso dos funcionários dos Correios, e eles reclamam que essa outra área que apresentamos é muito longe, só que é vizinho, então não há problema", afirmou o advogado dos moradores, Tabajara de Castro.

De acordo com o procurador do Incra, Victor Hugo Lopes, o órgão está acompanhando a situação e tenta resguardar os direitos dos quilombolas. "Muitos quilombolas, há cerca de trinta anos, se mudaram, vieram morar nessa comunidade, e está dividida em cerca de sete lotes. Quanto aos cinco lotes que eles já estão ocupando, não há divergência. O problema é quanto a um lote que já está estipulado pela prefeitura e já foi titulada em nome de terceiros e que a comunidade quilombola também está reivindicando", afirmou.

CONT.



Uma das áreas apresentadas na reunião como alternativa de uso comum ainda terá a parte documental analisada. "Nos locais aonde alguns moram, hoje são tituladas como posses da família Marques Pinto. A discussão que se tem judicial e jurídica é analisar se a área é registrada como posse é do Município, porque não houve uma origem vinda do Município para o cidadão no qual está o registro. Se entender que, apesar do registro ter como posse, mas a propriedade continua do Município, titularia em nome dos quilombolas e o restante das áreas passaria a titular em nome dos ocupantes hoje atuais", destacou o procurador do Município, José maria Lima.

As propostas apresentadas serão levadas a juízo. "O Município entrou com ação judicial discutindo que ali não seria área quilombola, considerando que o quilombo é Arapemã. Se eles vieram e mudaram de lá para o bairro, deixou de ser área quilombola. Diante disso, o juiz marcou uma audiência para fazer uma tentativa de acordo, o Incra reduziu mais áreas para poder titular só as áreas aonde alguns negros que se intitulam quilombolas moram, e mais uma que seria área recreativa comum", completou Lima.

Com Dilma ou Aécio, agronegócio ameaçará direitos de indígenas e quilombolas
SÍTIO PRAVDA RU, 28.10.2014



São Paulo - O agronegócio brasileiro passou por grande transformação neste século, conquistando uma posição de destaque no cenário internacional e alcançando o Brasil a condição de grande potência global do setor. Apontada como área mais dinâmica da economia brasileira, a agropecuária representa 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi responsável por 41% das exportações do país em 2013, segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). O país é o maior produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar, suco de laranja e carnes bovina e de frango. Também lidera o ranking das

vendas externas do complexo soja (farelo, óleo e grão), é o segundo em exportações de milho, quarto em carne suína e quinto em algodão.

Esse poderio econômico se reflete logicamente na política nacional, onde representantes do agronegócio se fortaleceram significativamente no Congresso Nacional. Agora, em período eleitoral, nos discursos, agendas e alianças dos dois candidatos que permaneceram na corrida presidencial, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Essa influência também se manifesta nas doações de campanha, no pleito mais caro desde a redemocratização do país. Grandes corporações brasileiras do setor, como a Copersucar, a Cosan, a Cutrale, aparecem na lista das maiores doadoras. A JBS, líder mundial no processamento de carnes e dona das marcas Friboi e Seara, foi o grupo que mais contribuiu e um dos principais doadores das campanhas de Dilma e Aécio, que disputam neste domingo (26) quem ocupará a Presidência da República nos próximos quatro anos.

O agronegócio ainda é cobiçado pelos presidentiáveis pela capacidade de angariar votos, em especial nos municípios com até 100 mil habitantes, onde os prefeitos têm maior poder de influenciar eleitores nas campanhas. A maioria das prefeituras do país é do PMDB, legenda que está mais associada ao setor e a que possui o maior número de congressistas da chamada bancada ruralista.

Oficialmente conhecido como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o grupo tem força para indicar nomes para o ministério da Agricultura e os presidentes das comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara e da Comissão de Reforma Agrária do Senado. Para não restar dúvidas da força do agronegócio nas eleições, a principal porta-voz dos ruralistas na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

sociedade civil, a CNA promoveu, em agosto último, uma sabatina com os três principais candidatos durante a campanha do primeiro turno (além de Dilma e Aécio, foi ouvido Eduardo Campos). Na eleição presidencial de 2010, somente José Serra (PSDB) havia visitado a entidade.

A certeza de uma "vitória ruralista" nas eleições estava expressa em coluna da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que preside a CNA e é tida como grande aliada da presidenta Dilma, no jornal Folha de S.Paulo, durante o primeiro turno. Segunda ela, o vencedor das urnas seria o agronegócio, qualquer que fosse o desfecho das eleições. E, de fato, o resultado para a bancada ruralista não poderia ter sido mais positivo. Segundo a FPA, seu núcleo deve passar de mais de 70 deputados federais, mas o grupo conseguirá angariar apoio de ao menos 270 congressistas na próxima legislatura.

[Ler na íntegra](#)

Oito são presos por comprar carne de índios após saque a caminhão em MT
SÍTIO GLOBO.COM, 28.10.2014

*Caminhão com mais de 2 mil kg de carne tombou na BR-070, perto de aldeia.
Carne havia sido vendida a preço irrisório, segundo delegado.*



Carne foi saqueada de caminhão baú na BR-070
(Foto: Assessoria/ PRF-MT)

Oito homens foram detidos nesta segunda-feira (27) por suspeita de receptação de carne furtada de um caminhão baú que tombou na BR-070, próximo a Primavera do Leste, a 239 km de Cuiabá, no dia anterior. Conforme a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil, que fizeram os flagrantes, a carne bovina havia sido saqueada por indígenas da etnia Xavante. O G1 tentou, mas não conseguiu entrar em contato com a Fundação Nacional do Índio (Funai), em Primavera do Leste.

Além desses dois casos registrados pela PRF, a Polícia Militar daquele município flagrou mais quatro homens em outro veículo, com carga de carne. Ao todo, de acordo com a Polícia Civil, pelo menos 2.400 kg de carne foram recuperadas.
saiba mais

Os homens foram flagrados em situações distintas. Primeiro, os agentes da PRF abordaram uma caminhonete, com dois deles. No veículo, foram encontrados pelo menos 400 kg de carne. Horas depois, um veículo utilitário com outros 400 kg também foi abordado. Os quatro foram encaminhados para a Delegacia de Polícia Civil de Primavera do Leste, junto com outros quatro suspeitos flagrados pela PM transportando em uma pick-up o restante da carne apreendida.

CONT.



O delegado da Polícia Civil, Raphael Diniz, informou ao G1 que, na delegacia, os homens confessaram ter comprado a carne dos indígenas que estavam à margem da rodovia. O acidente, segundo ele, foi registrado em uma curva, nas proximidades da aldeia Sangradouro. "Os índios têm o costume de colocar óleo diesel, troncos de árvores, nessa curva, exatamente para os veículos tombarem, afirmou.

Os índios teriam oferecido a carne aos motoristas que trafegavam pela rodovia. Conforme o delegado, os suspeitos pagaram valores irrisórios pela carne. "Em um dos casos, foi cobrado R\$ 100 por 700 kg de carne, praticamente de graça", avaliou Diniz. "Eles confessaram ter comprado a carne dos índios, até porque não tinha como negar. Todos na cidade sabiam que esse caminhão com carne havia tombado", disse.

Um dos suspeitos detidos já tinha várias passagens pela polícia por diversos crimes. Pelo histórico criminal dele, o delegado disse ter arbitrado fiança no valor de R\$ 20 mil, enquanto cada um dos outros sete suspeitos teve de pagar cerca de R\$ 1 mil. Todos pagaram fiança e foram liberados, segundo Diniz.

A carne será doada para três instituições. Parte será entregue para uma igreja evangélica e o restante para um programa da prefeitura que prepara e distribui marmitas.



Ministério da Cultura lança mais bolsas para residência em Londres

SÍTIO PORTAL BRASIL, 28.10.2014

Uma das oportunidades é destinada a um integrante de comunidade indígena, com experiência em audiovisual

A Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura, em parceria com o British Council, abriu duas vagas para residência artística no People's Palace Project, organização não governamental que desenvolve projetos de promoção à arte e à justiça social.

Os selecionados trabalharão com artistas, acadêmicos, ativistas e a comunidade para desenvolver projetos que contribuam para o desenvolvimento social por meio das artes. Os interessados devem inscrever-se no Edital Cultura Conexão Brasil #intercâmbios e no British Council.

Uma das oportunidades destina-se a um membro de comunidade indígena para residência artística com duração de quatro semanas, nas quais ele deverá desenvolver seu próprio filme, partindo da leitura de Londres como uma aldeia.

Os interessados não precisam ter o domínio do inglês, mas comprovar experiência em audiovisual, pois terão que conceber, editar e produzir um curta-metragem completo que mostre Londres como uma aldeia ou parte de uma série de aldeias.

O indígena selecionado participará do projeto "Becontree Hundred", em Dagenham, Essex. A iniciativa reúne um grupo de 20 a 30 fotógrafos locais e um artista do Observatório das Favelas para criar 100 retratos sobre a vida em Dagenham e uma instalação digital.

A residência artística também envolverá o selecionado no projeto "L8 Untold", no qual fotógrafos, cineastas e outros artistas trabalham com as comunidades de Toxteth, em Liverpool.

Faça sua [inscrição](#) para essa vaga no British Council.

A outra vaga de residência artística é voltada para diretores de teatro com experiência em peças de William Shakespeare. O selecionado participará de aulas na Faculdade de Drama da Universidade Queen Mary e acompanhará um processo de produção e direção teatral.

Os interessados na oportunidade precisam falar inglês e ter experiência comprovada na área teatral, seja no ensino de teatro em universidades, seja no treinamento de atores. Além disso, devem ter dirigido ao menos uma peça que parta de uma obra de Shakespeare.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Durante as três semanas da residência artística, o diretor selecionado poderá visitar teatros de Londres junto à equipe do People's Palace Project, assistir a aulas do Mestrado em Artes Global Shakespeare, da Universidade Queen Mary, além de ter acesso a todo o acervo sobre a obra do dramaturgo inglês dessas instituições.

[Inscreva-se](#) nesta para essa vaga no British Council.

Fonte: Ministério da Cultura



Manifesto explicita situação calamitosa da Educação Escolar Indígena

SÍTIO CIMI, 28.10.2014

Se a realidade da educação pública, de modo geral, no Brasil é motivo de ampla insatisfação, por parte de alunos, pais e educadores, quando o assunto é educação escolar indígena, a situação é expressivamente mais grave. Com o intuito de visibilizar a realidade escolar vivida nas aldeias e nas escolas indígenas e não indígenas (que atendem a estudantes indígenas), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança amanhã (29/10), às 10h, a publicação "Por uma Educação Descolonial e Libertadora – Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil". Mais de 100 professores indígenas de todo o país participarão do lançamento, que acontecerá na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Apesar de uma ampla legislação, nacional e internacional, garantir o direito a uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, as populações indígenas não veem estes direitos implementados na prática.

Alguns dos principais problemas que o Manifesto denuncia são: a péssima estrutura física dos prédios (mal construídos, sem manutenção, com problemas estruturais, em total desacordo com os padrões culturais dos povos); a situação de interinidade dos professores, que trabalham, muitas vezes, sem receber remuneração; o desrespeito às diferenças e especificidades culturais e sociais dos povos; e a falta de material pedagógico nas línguas indígenas ou bilíngue; além de problemas em relação à alimentação e ao transporte escolar.

"A proposta do Manifesto é, a partir da realidade concreta das aldeias e das escolas que atendem aos estudantes indígenas, denunciar o descaso com a educação voltada a estes povos. E, a partir disso, fazer reflexões e proposições no sentido de garantir a efetivação dos direitos previstos nas diversas legislações. O Estado tem que cumprir suas obrigações constitucionais", declara Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Cimi.

Serviço:

O quê: Lançamento da publicação: "Por uma Educação Descolonial e Libertadora – Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil"

Quando: 29 de outubro (quarta-feira), às 10h

Onde: Sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Setor de Embaixadas Sul, Quadra 801, Conjunto B - Brasília (DF)

Mais informações: Assessoria de Imprensa Cimi – Luana Luizy: 8128-5799, Patrícia Bonilha: 61 9979-7059

Estância de gado no Paraguai é investigada por genocídio

SÍTIO EXAME.COM, 28.10.2014



Índios: conflitos pela terra são muito comuns no Paraguai

Santi Carneri, da EFE

Estância Santa Maria - Um grupo indígena que vive desde tempos imemoráveis em uma terra no Chaco do Paraguai enfrenta a pressão diária de um fazendeiro que conta com o título desse terreno e contra quem a procuradoria do país abriu uma investigação por genocídio.

A comunidade está dividida, pois uma parte das 22 famílias vive dentro da fazenda, chamada Santa Maria, e outros saíram por diversos motivos e os donos já não lhes deixam voltar.

Marciana Antonia Galeano, de 34 anos, saiu um dia para acompanhar seus filhos à escola que se encontra a mais de 15 quilômetros da comunidade e nunca mais pôde retornar.

Há 15 anos vive junto a outros membros da comunidade à beira da estrada que passa em frente à estância de gado, rogando periodicamente aos proprietários que lhes permitam passar para ver sua mãe e outros parentes que seguem no interior.

"Nem visitar minha família pelo menos um dia por semana. Estou proibida de ver minhas tias ou a minha mãe, e elas também não podem sair. O proprietário não quer que saiam", disse Marciana à Agência Efe.

"Estão em um chiqueiro, vivem nas mesmas condições que os porcos e não nos deixam levar-lhes alimentos", lamentou.

No último dia 22 de outubro Santiago González, procurador da Unidade Especializada de Direitos Humanos, entrou na estância graças a uma ordem judicial para verificar um possível caso de genocídio, segundo explicou à Efe.

CONT.



O gerente da fazenda, Carlos Reinfeld, marido da proprietária, facilitou a entrada da comitiva fiscal e policial, mas impediu o acesso da imprensa até o local onde se encontra a comunidade, vários quilômetros campo dentro.

"O procedimento se iniciou por causa de uma denúncia já do ano passado por uma situação que poderiam estar desrespeitando os direitos humanos dos indígenas que estão no assentamento", declarou González.

Reinfeld, por sua parte, nega que os aborígenes da etnia énxet que vivem na fazenda constituam uma comunidade indígena.

A estância é parte de um estabelecimento criador de gado de mais de 100 mil hectares que pertence a Antonella Sacarello, situado cerca de 160 quilômetros ao norte de Assunção.

Abrange parte do território ancestral do povo énxet, uma das etnias milenares oriundas do árido Chaco, que ocupa a metade ocidental do Paraguai.

Seus donos impediram em várias ocasiões a entrada das autoridades do governo para assistir e recensear o grupo nativo, segundo uma entidade que assessora a procuradoria em assuntos indígenas.

"Ele pretende que minha gente nem figure nos papéis", se queixou Marciana, em referência a Reinfeld.

Para os indígenas o cúmulo do que consideram uma perseguição a seu povo é que os fazendeiros lhes impediram de levar assistência sanitária a familiares doentes que estão dentro da estância.

Pelo menos quatro deles morreram nos últimos anos sem poder ser atendidos por uma ambulância, segundo manifestaram em sua denúncia perante as autoridades.

Os criadores de gado não lhes deixaram enterrá-los em seu território tradicional, motivo pelo qual os túmulos estão no costado da estrada. "Eles querem enterrar seus mortos ali para ficar com a terra", alega Reinfeld.

O fazendeiro mantém pelo menos uma dezena de indígenas como empregados permanentes. Esse grupo conta com cédula de identidade e recebe 1,5 milhão de guaranis (cerca de R\$ 825) ao mês, segundo disse Reinfeld, que incluiu nessa quantia o valor do alojamento e os alimentos que lhes fornece.

O salário mínimo no Paraguai é de 1,82 milhões de guaranis mensais (pouco mais de R\$ 1 mil).

Os demais, que seguem sem identificação, foram contratados como peões por muito pouco dinheiro, segundo os indígenas. "Ele paga como se fôssemos escravos. 130 mil guaranis ao mês (R\$ 75) para ser peão na estância", disse Marciana.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Os conflitos pela terra são muito comuns no Paraguai, onde grandes proprietários contam com títulos, às vezes legais e outras vezes ilegais, de terrenos onde residem camponeses e indígenas.

A metade dos 140.000 aborígenes que vivem no Paraguai carece de acesso a terras para subsistir e manter sua cultura e língua, segundo a Pastoral Indígena da Igreja Católica.

"O paraguaio tem que entender que nós também somos humanos, já são quatro corpos. Eles precisam nos dar a terra. Este patrão deve pagar pelos mortos, não podem fazer isto; se ele não quer ver os indígenas, que vá embora daqui", disse Galeano.

Indígena cadeirante sofre tentativa de sequestro em Santiago Kue/Kurupi
SÍTIO CIMI, 28.10.2014

Na última quarta-feira, dia 22 de outubro de 2014, momentos depois que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) trouxe a público a denúncia de promessas de despejo e práticas de coação direta acometidas contra os indígenas Guarani-Kaiowá de Santiago Kue/Kurupi por parte de pistoleiros e fazendeiros locais, uma nova cena absurda de violência foi praticada contra a comunidade indígena.

Em telefonemas e através de cartas entregues a um missionário, foi relatado pelos indígenas a tentativa de sequestro de Ivo Martins Tupã'Y, ancião da comunidade que após ter sofrido derrame ficou paralisado, Ivo não consegue falar e se movimenta com extrema dificuldade quando longe de sua cadeira de rodas. O filho e a mulher de Ivo são importantes lideranças de Santiago KueKurupi.



Dos Fatos:

As cerca de 13 famílias da retomada de Santiago KueKurupi ocupam hoje um pequeno recorte de mato próximo à BR – 163, nas imediações do município de Naviraí – MS. Uma das bordas do mato ocupado pelos indígenas faz divisa direta com o interior de uma fazenda conhecida como Tejuí.

Os indígenas relatam que Ivo encontrava-se sentado em sua cadeira de rodas na parte do fundo do mato enquanto sua esposa construía um pequeno barraco a poucos metros do local.

Ao escutar barulhos identificados como o de um veículo que se aproximava silenciosamente de onde Ivo estava, a mulher retornou em justo tempo de ver o idoso sendo levado por um "funcionário" que partia em direção até onde estava parada uma caminhonete. Na direção do veículo foi reconhecido pelos indígenas a figura de um fazendeiro local.

Com os gritos de socorro da mulher, os jovens correram enquanto Ivo era largado no interior do veículo. Houve um prenúncio de conflito. Os indígenas, aproveitando que o automóvel teve

CONT.



dificuldade de se movimentar em terreno acidentado, conseguiram quebrar o vidro traseiro da caminhonete por onde um jovem puxou Ivo. O funcionário teria tentado sacar um revólver, mas com a aproximação de muitos indígenas optou por entrar no veículo. A caminhonete conseguiu finalmente arrancar, quase atropelando membros da comunidade, e sumiu por entre os arbustos até o terreno que dá acesso a fazenda.

A violência direta contra indígenas em Santiago Kue/Kurupi é prática antiga dos fazendeiros da região e já é a tempos de conhecimento das autoridades e dos órgãos responsáveis por garantir a segurança dos indígenas. Nos relatos orais colhidos junto aos idosos da comunidade, assassinatos, tortura e despejos a tiros estão presentes na memória coletiva dos entrevistados, sem exceção.

Ainda em 2011, Enio Martin, indígena de 19 anos, denunciou ao MPF agressões sofridas por ele e demais membros da comunidade pelos pistoleiros, porém nenhuma providência foi tomada, nem naquele momento, nem depois.

O Conselho Indigenista Missionário volta a denunciar as práticas de violência acometidas contra a comunidade Indígena de Santiago KueKurupi, a omissão do governo e dos órgãos responsáveis por garantir a segurança dos indígenas bem como o esquema de paralisação das demarcações indígenas, que potencializa exponencialmente a violência contra os povos originários.

Enquanto a influência ruralista se espalha institucionalmente pelas esferas Executiva, Legislativa e Judiciária, provocando retaliações graves aos direitos constitucionais dos povos originários, a nível local a violência direta por parte dos fazendeiros e pistoleiros se manifesta de maneira cada vez mais absurda e covarde. E assim os povos indígenas são penalizados pelo seu direito básico e inevitável de resistir em sua terra e buscar a mínima possibilidade de viver e de existir.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Casa do Índio está sem água e luz há meses, em Altamira

SÍTIO GLOBO.COM, 28.10.2014

*Indígenas recebem ajuda da pastoral da igreja católica para tomar banho.
Por conta da situação, grupo fez protesto na manhã desta terça-feira.*

A casa de apoio aos índios de Redenção, no sudoeste do estado, está sem luz e água há meses. Para tomar banho, os indígenas contam com a ajuda da pastoral da igreja católica. Por causa dessa situação, cerca de 40 índios de três aldeias dos municípios de Cumaru do Norte e de Pau D'Arco fizeram um protesto na manhã desta terça-feira (28).

O ato foi realizado em frente ao Ministério Público de Redenção. O grupo conseguiu uma reunião com o procurador da república Felício Pontes. Além do restabelecimento de água e luz, os índios também querem a substituição do atual coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Redenção.

Eles também pedem explicações sobre recursos repassados pelo Governo Federal para investimentos em infraestrutura das aldeias.

O coordenador da Funai no município não quis se pronunciar sobre nenhuma das denúncias dos indígenas.

II Encontro nacional de Professores e Professoras Indígenas começa nesta terça, 28, em Luziânia (GO)
SÍTIO CIMI, 28.10.2014

Começa hoje, 28 de outubro, no município de Luziânia, GO, o II Encontro Nacional de Professores Indígenas, cujo objetivo é discutir a grave situação atual da educação escolar indígena, bastante distante da reivindicada pelos povos indígenas e garantida não só na Constituição, como também em leis específicas.



Para Gilberto Vieira, o Ministério da Educação do Brasil, estados e municípios não vêm cumprindo a legislação nem respeitado a diferencialidade educacional. A complexidade gerada pelos diferentes povos não é refletida na programação curricular, por exemplo. Ou seja, cada povo indígena reivindica uma determinada autonomia educacional.

“Para nós, os não-indígenas, um exemplo seria a questão do tempo. O ano letivo começa em março e termina em dezembro. Porém, os povos indígenas precisam definir se esse tempo é o que seria o melhor para eles. Isto é, precisam ter autonomia em termos de tempo, de gestão escolar, de currículo, de contratação e formação docente, etc. Isso é um exemplo da diferencialidade garantida pela legislação e reivindicada hoje nesse encontro”, afirma Gilberto Vieira.

Rosimeire Diniz, uma das coordenadoras do encontro e integrante da coordenação do CIMI na Regional do Maranhão, afirma que com esse segundo encontro o CIMI possibilita o diálogo de diferentes povos para discutir a situação escolar indígena a partir da realidade de cada povo. Nesse sentido, direitos que foram conquistados e agora estão retrocedendo precisam ser discutidos e enfrentados pelos próprios professores, alunos, comunidades, para poderem cobrar do governo o respeito dos direitos garantidos e avançar na conquista de novos direitos. Um exemplo disso seria a gestão das escolas com autonomia.

CONT.



Flauberth Guajajara, professor dos Povos Guajajara, Terra Indígena Pindaré Maranhão, afirma que “a nossa expectativa para esse encontro é buscar parcerias para a luta por uma educação de fato, específica e diferenciada, o que não vem sendo respeitado dentro de um direito garantido. Visto que, atualmente, as escolas – principalmente no estado do Maranhão – vivem sem autonomia, com problemas estruturais na parte de recursos humanos, materiais didáticos, etc. Estes problemas têm dificultado o desenvolvimento de um trabalho que possa ter resultados satisfatórios, respeitando a interculturalidade e as tradições. Hoje, no que se refere à questão de currículo, este atualmente (é praticamente igual ao da escola não-indígena, e deveria ser diferente, pois a lei garante o direito à especificidade do nosso trabalho. E estamos aqui para que isso mude”.

Márcia Cohmxcwyj Krikati, do território dos Povos Krikati, do Maranhão e professora, afirma que “nós estamos em busca de uma parceria maior que seja de ajuda para nós, da nossa educação. Porque a educação que recebemos hoje é do estado, os livros didáticos são construídos por não-indígenas, e agora nós queremos construir os nossos livros didáticos, nós os professores indígenas, porque o importante é mostrar os nossos trabalhos, as nossas tradições, os nossos artefatos, a História contada por nós, os nossos cantos, forma de vestir, identidades, e cultura em geral”.

Estão sendo esperados para este encontro professores e professoras de vários povos, entre eles, os povos Kaxarari, Karitiana, Suruí, Oro Waram, Purubora, Aikanã, Oro Waran Xijein, Guarani-Kaiowá, Terena, Kinikinawa, Kayabi, Irantxe, Myky, Ikpeng, Tapirapé, Karajá, Guarani, Kaingang, Yanomami, Apurinã, Munduruku, Tembê, Tapuia, Krahô-Kanela, Xerente, Apinajé, Krahô, Karajá Xambioá, Kampa, Kulina, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Tupinambá, Pataxó, Xakriabá, Kaxixó, Apañjekra Canela, Guajajara e Awa Guajá, Nikini, Gavião, Krikati, Bororo, entre outros.

As entidades aqui presentes são o Cimi – Conselho Indigenista Missionário e a Rel-UITA – Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação.

Às 14h30, são iniciadas as atividades. Às 15h, Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indígena Missionário (Cimi), junto com o professor mestre Félix Bororo, do Povo Bororo, fará uma Análise da conjuntura política e educacional. Às 20h, haverá a exibição do Documentário do 1º Encontro de professores indígenas. Amanhã, quarta-feira 29, haverá o Lançamento do Manifesto sobre a situação da Educação Escolar, no auditório da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. Em seguida os povos farão mobilizações no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Na quinta, 30, pela manhã, o professor Santiago Utitaj, do Povo Shuar, da Amazônia equatoriana do Equador, falará da experiência do seu povo sobre a questão das escolas comunitárias indígenas. Na parte da tarde, Saulo Feitosa, missionário do CIMI Nordeste, abordará o tema “Educação escolar indígena: colonização e descolonização”. Na sexta-feira 31, último dia, a temática, pela manhã, será Sistemas Abertos da Educação Escolar Indígena (Gestão autônoma das escolas indígenas), com a professora do Mato Grosso do Sul, Judite Albuquerque; e, para o encerramento, está previsto um Movimento de Professores Indígenas e serão delineadas as bases para a Conferência Nacional de Educação Indígena.

O momento atual exige dos povos indígenas e de seus aliados muita coragem e ousadia

SÍTIO CIMI, 28.10.2014

Abrindo o II Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena, Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), fez uma análise da conjuntura política e educacional dos direitos dos povos indígenas, apresentando as questões mais relevantes nos dias de hoje. Entre elas, a restrição dos direitos indígenas, a suspensão das demarcações, a mercantilização das terras já demarcadas, a criminalização das lideranças e o descaso com as políticas públicas.

A seguir, um breve resumo:

Para Cleber Buzatto os direitos dos povos indígenas estão sendo duramente atacados, gerando retrocessos históricos, principalmente com relação à questão da territorialização das terras indígenas. O governo vem optando reiteradamente por uma estratégia de criminalização das lideranças, trazendo à memória as políticas anti-indigenistas da época da ditadura militar.

Hoje, o Cimi responde a dois inquéritos da Polícia Federal e é réu em ao menos 16 processos judiciais, especialmente de interditos proibitórios. São ações impetradas por fazendeiros para impedir o Cimi de ir às



comunidades onde estão vivendo os povos indígenas, principalmente no Mato Grosso do Sul.

Existem hoje no Brasil 305 povos indígenas, numa população de 900 mil pessoas, com 274 línguas, lutando e reivindicando 1.047 terras, das quais 349 estão com o procedimento administrativo concluído e a demarcação regulamentada. Porém, 2/3 destas terras indígenas estão ainda em alguma das fases do procedimento de demarcação: 45 estão homologadas, 61 declaradas, 39 identificadas, 155 a identificar, 337 sem providências, 40 reservas e 06 com restrição.

Como os setores econômicos anti-indigenistas alinhados e articulados, que são o agronegócio, as mineradoras, as empreiteiras e o próprio governo, hoje a opção político-econômica dominante é a de incentivar a produção, a exploração e a exportação de matérias-primas. Isso leva a um investimento pesado em infraestrutura e em geração de energia, potencializando a disputa pelo território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Nessa articulação, impede-se o reconhecimento e a demarcação das terras tradicionais, chegando inclusive a ser permitida a invasão de terras indígenas, por meio da omissão ou da impunidade. Outra das estratégias é reabrir ou rever, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, os procedimentos de demarcação de terras indígenas já avançados, e assim conseguir desconstruir os direitos dos povos indígenas, usando de uma nova interpretação profundamente anti-indigenista.

Essa forte desconstrução dos direitos dos povos tradicionais, alimentada por um governo que busca criminalizar os povos indígenas e seus aliados, exige dos povos indígenas e de seus aliados muita coragem, empenho, formação, qualificação e ousadia.

Os povos e aliados hoje precisam continuar e ampliar a mobilização política a fim de que o governo brasileiro assuma efetivamente a responsabilidade que tem no cumprimento e na efetivação do direito dos povos indígenas, concluiu Cleber Buzatto.

Em Luziânia, Luciana Gaffrée

28 de outubro de 2014



Festival Yawa reúne lideranças indígenas SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 28.10.2014

Uma imersão na cultura e nas tradições do povo Yawanawá é o que propõe o Festival Yawa, realizado há 13 anos na Aldeia Nova Esperança, às margens do Rio Gregório, afluente do Rio Juruá, na Terra Indígena do Rio Gregório. Coordenada pela Cooperativa Yawanawá (Coopyawa), a festa reunirá toda a família Yawanawá entre os dias 25 e 30 deste mês. Esse é o diferencial desta edição do festival.

O evento, que faz parte do projeto de etnoturismo da comunidade e recebe o apoio da Secretaria de Turismo e Lazer do Estado na promoção da rota Caminho das Aldeias e da Biodiversidade, reduziu o número de acesso dos visitantes para receber os parentes que vivem nas outras sete aldeias da Terra Indígena.

Ao todo, 985 indígenas da etnia Yawanawá (438 somente da Aldeia Nova Esperança) irão celebrar a vida e o resgate de sua cultura, na qual se incluem a oralidade, os cantos, as danças, a espiritualidade, as brincadeiras, a culinária e o belo artesanato. "Será um grande momento de encontro do nosso povo. É esse o grande objetivo do festival este ano", explica o coordenador-geral, Biraci Brasil Júnior. Para o visitante, sejam o turista, lideranças de outras etnias ou os técnicos das instituições parceiras que irão trabalhar durante o festival, o momento será de aprendizado e de vivência do cotidiano desse povo.

Em reunião na Setul na quarta-feira, 15, Biraci Brasil Júnior e o irmão Shaneihiu Yawanawa discutiram os detalhes da finalização da infraestrutura oferecida pela Setul para promover o destino do festival indígena, como refeitório, sinalização de todas as aldeias do percurso, novo redário com capacidade para 50 pessoas aproximadamente e reforma dos barcos que serão usados para transportar visitantes e equipes de trabalho, por exemplo.

A secretaria investiu também em infraestrutura e apoio logístico em outros festivais semelhantes ocorridos ao longo do ano, como o Mariri (Yawanawa), o Xinã Bena (Kaxinawá) e a Copa das Árvores. "É um produto que dá grande visibilidade ao Acre, porque é muito rico cultural e socialmente. Muitas pessoas têm interesse em conhecer melhor esse aspecto da nossa cultura. Nosso papel é oferecer subsídio para que as comunidades indígenas possam receber bem esses turistas", explica o coordenador do setor de turismo básico em Terras Indígenas, Francismar Costa, o "Maim".

Muitas origens, um só destino

O maior número de turistas provém da Região Sudeste do país, especialmente do estado de São Paulo. Do exterior virão turistas dos Estados Unidos, França, Inglaterra e outros países da

CONT.



Europa. A preocupação dos Yawanawás com a segurança geral da festa e dos visitantes passa não só pelo número de pessoas que estarão na Aldeia Nova Esperança nos seis dias de festa, mas também sobre quem são e o que fazem essas pessoas.

Para chegar até lá, é preciso mais que paciência para enfrentar horas de voo até a capital do Acre. Em seguida, um transporte terrestre durante cinco horas até Tarauacá e depois um barco que percorrerá o Rio Gregório durante oito horas, talvez com pernoite em alguma margem do rio para breve descanso.

Quem se interessar em conhecer as peculiaridades e a história desse povo precisa preencher uma ficha com detalhes da vida pessoal e profissional, além de assinar um termo de responsabilidade em que se compromete a aceitar as regras de estadia, de comportamento e de boa convivência.

O documento especifica data de entrada e de saída. Ninguém pode permanecer no local, mesmo que queira. "E muitos querem, mas não podem. É determinação legal. Cumprimos todos os requisitos para manter o evento com alto nível de segurança para garantir o bem-estar dessas mais de 1,2 mil pessoas que estarão reunidas no festival", lembra Shaneihu Yawanawa.

Agência de Notícias AC

Povo Puyanawa atualiza plano de gestão de sua terra indígena

SÍTIO PÁGINA 20.NET, 28.10.2014



Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI foi elaborado pelos próprios indígenas das aldeias Barão e Ipiranga, com o apoio da Comissão Pró-Índio do Acre - Foto: Cedida

Com grande participação da comunidade, ocorreu durante o mês de setembro uma oficina de revisão do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Puyanawa. Por meio da revisão dos mapas temáticos que compõem o PGTA dessa TI, sobre a situação de uso dos ambientes e dos recursos naturais, o Plano foi atualizado em discussão conjunta e avaliação da situação destes recursos, bem como das estratégias de relação com o entorno.

A TI Puyanawa tem características particulares em relação à maioria das outras TIs do Acre: fica extremamente próxima a dois municípios, com acesso por via terrestre no extremo oeste do estado do Acre (Mâncio Lima, a 30 minutos e Cruzeiro do Sul, a 90 minutos); tem duas aldeias separadas unicamente por um igarapé e atravessadas pelo ramal rodoviário que vem de Mâncio Lima. Segundo dados da Associação Agro – Extrativista Puyanawa Barão e Ipiranga, 2014, a TI tem 576 moradores, grande parte dos moradores, ou seja, 40% deles são produtores de farinha com boa inserção no comércio de Cruzeiro do Sul.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI foi elaborado pelos próprios indígenas das aldeias Barão e Ipiranga com o apoio da Comissão Pró-Índio do Acre em oficinas realizadas em 2006. O mesmo tem o objetivo de identificar e planejar ações prioritárias visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade para os próximos anos. Trazem informações sobre a situação atual, o que se deseja para o futuro e quais ações precisam ser desenvolvidas para isso.

O PGTA foi elaborado em oficinas de etnomapeamento e assessorias aos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI's). Durante as oficinas, os Puyanawa trabalharam o mapeamento participativo,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

avaliações e diagnósticos de uso da terra e de seus recursos naturais, que geraram informações para a elaboração de mapas temáticos e a construção do Plano de Gestão (PGTA).

Durante esta oficina de atualização do PGTA, o destaque foi o grande interesse e participação da comunidade em geral, principalmente de professores e mulheres que foram bastante ativos nas discussões aportando ideias para melhoria. Um dos temas de grande motivação foi o mapa com a imagem de satélite, onde os participantes decidiram trabalhar melhor o uso da terra com a ajuda do mapa, na identificação dos seus plantios de macaxeira e açudes manejados. As pessoas se mostravam familiarizadas com os temas do plano e o reconheciam como uma ferramenta importante para o desenvolvimento da comunidade.

Assessoria CPI/AC

Comunidades indígenas participam do Dia da Família: Uma Ação Social SÍTIO CIMI, 28.10.2014



A Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena – EMEFI – Caieiras Velha realizou pela primeira vez, o “Dia da Família: Uma Ação Social”. O evento aconteceu no último sábado (25), na aldeia de Caieiras Velha, e contou com o apoio da Equipe da Saúde Indígena e Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.

A abertura ficou por conta do Cacique de Caieiras Velha, Manoel dos Santos. Em seguida, um café da manhã com frutas, batata doce e aipim foi oferecido a todos.

Foram feitos 70 cortes de cabelo, emitidos 64 CPF e 38 RGs. Uma equipe esteve no local para efetuar testes rápidos de glicemia capilar, de DSTs, e distribuir kits de higiene bucal. Além disso, foram dadas orientações sobre hipertensão e diabetes.

As famílias também puderam conferir a apresentação da Banda de Congo e a dança dos curumins, participar de oficinas, assistir palestras e ouvir histórias.

De acordo com a secretária municipal de desenvolvimento social e trabalho, Naciene Modenesi, a iniciativa foi muito importante para o exercício da cidadania e a integração da escola, pais e comunidade. “A secretaria pode contribuir com ações que visam o desenvolvimento e bem-estar da cidade. O Dia da Família foi fundamental para unir os moradores e valorizar o ser humano”.

Informações à Imprensa
Assessoria de Comunicação e Marketing da Prefeitura de Aracruz
Karina Cometti
Tel. (27) 3296-4507
E-mail: kcometti@aracruz.es.gov.br
Acesse nossa página no facebook:
www.facebook.com/prefeituradearacruz



Se PEC dos ruralistas passar nunca mais haverá demarcação de terra indígena
SÍTIO ZÉ DIRCEU, 28.10.2014

Vamos todo mundo apoiar e fortalecer a posição da presidenta Dilma Rousseff nessa sua decisão de trabalhar contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, a PEC da bancada ruralista, que transfere demarcação de área indígena para o Congresso Nacional.

Em carta enviada às lideranças indígenas a presidenta comunicou ser contra a PEC 215. As lideranças indígenas também são por entenderem que a mudança traria ainda mais a demarcação de novas terras, cujo processo hoje é de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Anteriormente o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo – a quem é subordinada juridicamente a FUNAI – já havia se posicionado contra a PEC 215, embora ela defenda a discussão em andamento no governo, que propõe uma mudança no rito das demarcações, pela qual elas passariam a ser decididas com a participação de outros órgãos além da FUNAI, mas sem transferir a responsabilidade ao Legislativo.

Ainda mais se questão for para o Congresso conservador eleito dia 5 pp.

Na carta às lideranças indígenas, a presidenta Dilma anuncia, ainda, que vai fortalecer a FUNAI, melhorar o atendimento à saúde indígena, aprovar o Conselho Nacional de Política Indigenista e o Estatuto dos Povos Indígenas, e permitir o acesso das comunidades indígenas a políticas nacionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No documento a presidenta também apoia outro ponto que tem gerado conflito com os índios: a consulta prévia para realizar obras em seus territórios. O Ministério Público Federal (MPF) tem sustentado que essa consulta não está sendo respeitada no caso da construção das hidrelétricas na Amazônia.

Decisão fundamental essa da presidenta Dilma, de lutar contra a aprovação da PEC 215. Se aprovada e entrasse em vigor, na prática significa que se depender da maioria do Congresso Nacional não haverá mais nenhuma demarcação de terras indígenas. Até porque o Congresso eleito dia 5 deste mês e a ser empossado dia 1º de fevereiro do ano que vem é sabidamente o mais conservador dos últimos 50 anos.



Fase seleciona profissionais para trabalho temporário em comunidades quilombolas
SÍTIO SEculo DIÁRIO, 28.10.2014

Foco do trabalho é na luta pelos direitos territoriais, soberania alimentar e agroecologia na região do Sapê do Norte

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) abriu seleção para contratação de profissionais interessados em trabalhar em desenvolvimento local nas comunidades quilombolas da região do Sapê do Norte, no Espírito Santo. A ação é uma parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que tem o objetivo de realizar a identificação de sementes crioulas e seus usos tradicionais, gerando visibilidade para a produção agrícola quilombola nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra (norte do Estado).

Os trabalhos serão realizados ao longo de dois meses e relacionarão a luta pelos direitos territoriais à defesa da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia. Além das atividades no norte, estão previstas atividades na sede da Fase em Vitória. Para as funções na Capital, a federação seleciona dois profissionais: um deles com experiência na realização e sistematização de pesquisas; e outro para produção de materiais audiovisuais, impressos e para a internet, com experiência no campo da Comunicação Popular.

A Fase solicita a apresentação de uma proposta técnica e financeira; um currículo; e de uma comprovação de experiência em projetos sociais, documentos que deverão ser entregues até o próximo dia 14 de novembro, na sede da Fase (rua Graciano Neves, 377/2º Piso, Centro, Vitória/ES) ou pelo email: fasees@terra.com.br. Uma das exigências da seleção é que os interessados conheçam a região do Sapê do Norte, entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Em caso de dúvidas, os candidatos podem ligar para (27) 3322-6330. Também está disponível no site da Fase uma "Cotação Prévia de Preço para Contratação", além de detalhes sobre a seleção.

Em 2013, a Fase fez um estudo sobre as condições de segurança e soberania alimentar dessas comunidades quilombolas. Neste estudo, foi apontado que a monocultura extensiva de eucalipto, responsabilidade exclusiva da Aracruz Celulose (Fibria), é a principal causa da perda das condições nutricionais e da erosão cultural das famílias quilombolas e pelos impactos à saúde, principalmente por conta do uso de agrotóxicos e do empobrecimento da terra de cultivo; e mudanças no regime alimentar e na cultura tradicional desse povo.

No estudo, foi constatado que as novas gerações de quilombolas têm uma variedade alimentar bem menos diversa do que aquela rica e variada da qual dispunham os quilombolas mais velhos quando crianças. Só para se ter uma ideia do impacto da Aracruz Celulose (Fibria)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

nessa região, até os anos 70, 12 mil famílias quilombolas habitavam comunidades rurais no norte do Estado. Atualmente, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte calcula 1.500 famílias existentes.

Mesmo com essa invasão agressiva, os quilombolas mantêm estratégias de resistência na região. Iniciativas como os quintais produtivos agroecológicos e o trabalho de resgate de variedades de sementes e mudas, que vêm sendo feito em conjunto pela Fase e a Comissão Quilombola do Sapê do Norte capixaba, são exemplos disso.

Decisões recentes ameaçam direitos territoriais indígenas e abrem polêmica no Supremo Tribunal

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 28.10.2014

Deliberações usam caso da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR) como referência e podem significar obstáculos a novas demarcações. Mas ainda não há consenso na principal corte do País sobre o assunto

Decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) colocam em xeque os direitos de centenas de comunidades indígenas que ainda reivindicam suas terras, em especial no Centro-Sul. O teor das deliberações mostra, no entanto, que a polêmica deve durar e que ainda não há consenso dentro da mais importante corte do país sobre alguns aspectos da questão.

Uma das decisões foi tomada pela 2ª turma, em meados de setembro deste ano, e anulou a demarcação e a portaria declaratória da [TI Guyraroká](#), em Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul, argumentando que os índios não estariam na área reivindicada há mais de 70 anos. A determinação baseia-se nas diretrizes adotadas pela corte no caso da TI Raposa-Serra do Sol (Estado de Roraima), em 2009, no qual a data de promulgação da Constituição (05 de outubro de 1988) foi indicada como "marco temporal" para comprovar a posse indígena, ou seja, a comunidade teria direito à terra se estivesse nela nessa data.



Guarani-Kaiowá comem terra em manifestação na frente do STF, nesta semana

O problema é que muitos povos indígenas não se encontravam, na época, e ainda não se encontram em seus territórios porque foram expulsos. O próprio acórdão do julgamento da TI Raposa-Serra do Sol reconhece que, em casos como esses, o "marco temporal" não seria válido.

O laudo antropológico da TI Guyraroká atesta que inúmeros grupos Guarani-Kaiowá deixaram suas áreas de ocupação tradicional, nos anos 1940, quando os fazendeiros que as

compraram do governo, "paulatinamente, expulsaram os índios". O laudo ressalva que "vários documentos evidenciam que os Kaiowá não aceitaram passivamente a saída das terras" e que muitos deles continuaram na região, trabalhando em fazendas, como "parte de uma estratégia do grupo de permanência na terra onde sempre viveram" ([leia o laudo](#)).

"A coisa está tão absurda que, hoje, querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles", critica Ava Kaaguy Rete

CONT.

Guarani-Kaiowá, uma das lideranças que foram a Brasília, recentemente, pedir que o STF garanta seus direitos territoriais ([saiba mais](#)).

"Esse processo de saída não ocorreu livre de violências, de coações, de estratégias, enganações, técnicas de atração para retirar o índio que estava no fundo da fazenda, para a área de reserva, através de promessas de que lá você ia ter saúde, melhorias etc", comenta Marcos Homero Ferreira Lima, antropólogo do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF-MS).



Crianças guaranis mostram fotos de aldeias e violências cometidas contra índios em manifestação



Guarani-Kaiowá acampam em frente ao STF para reivindicar regularização de suas terras

Em junho de 2012, a Procuradoria da República no Estado moveu a primeira de uma série de ações civis públicas para indenizar comunidades indígenas, entre elas a de Guyraroká, pelos danos morais e materiais que sofreram com o processo de colonização no início do século passado.

A coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Déborah Duprat, considera que a decisão recente do STF precisa ser vista com cautela, mas lembra que o consenso na Corte de que o "marco temporal" é inválido quando há "esbulho" dos índios data do início dos anos 1990.

"Exigir a posse contínua e permanente, por toda a vida, dessas comunidades, num determinado território, é desconhecer o processo civilizatório e desenvolvimentista que foi empurrando-as para as margens [do território nacional]", afirma Duprat.

Raposa-Serra do Sol

Outra controvérsia envolve a própria aplicação, em outras demarcações, das orientações do caso Raposa-Serra do Sol. No julgamento sobre as dúvidas que restaram sobre ele, os chamados embargos, no ano passado, o relator, ministro Roberto Barroso, afirmou que "os fundamentos adotados pela Corte não se estendem, de forma automática, a outros processos em que se discuta matéria similar". Ele ponderou, no entanto, que qualquer decisão do STF pode ser considerada "diretriz relevante para as autoridades estatais – não apenas do Poder

CONT.



Judiciário – que venham a enfrentar novamente as mesmas questões”. O voto de Barroso prevaleceu, mas acabou abrindo caminho à polêmica.

"O que o ministro Barroso quis dizer é que, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, a decisão do STF sobre a Raposa-Serra do Sol não vincula o julgamento de nenhum processo posterior, ainda que verse sobre a mesma matéria, seja em primeira instância, seja nos tribunais, inclusive no próprio STF”, ressalta o advogado Maurício Guetta, do ISA. "Portanto, os juízes têm ampla liberdade de interpretação jurídica e de decisão em novos casos”.

Em agosto deste ano, o plenário do STF, instância máxima da casa, rejeitou um mandado de segurança que pretendia anular a demarcação da [TI Yvy Katu](#), também em Mato Grosso do Sul, deixando claro que as condicionantes da Raposa-Serra do Sol não seriam aplicáveis. O relator da matéria foi o ministro Ricardo Lewandowski ([leia mais](#)).

Semanas depois, no entanto, em seu voto no caso da TI Guyraroká, que acabou prevalecendo sobre a posição de Lewandowski, o ministro Gilmar Mendes defendeu que as diretrizes do julgamento Raposa-Serra do Sol não devem ser aplicadas apenas "a esse caso específico, mas a todos os processos sobre o mesmo tema”. Mendes disse que o relatório da Funai (Fundação Nacional do Índio) sobre a TI Guyraroká tem como "fundamento para a declaração da terra indígena o mero fato de ter havido, em momento pretérito, ocupação indígena no local”. Ele afirmou ainda que "esse argumento seria insuficiente para legitimar a demarcação” ([veja os votos de ministros, debates na corte e acórdão sobre o caso](#)).

No fim de setembro, outra decisão, também da segunda turma, anulou a portaria da [TI Porquinhos](#) (Estado do Maranhão), ampliada, em 2009, de 79 mil hectares para 301 mil hectares. Segundo o site do STF, para relatora ministra Carmem Lúcia, a portaria desrespeitou a condicionante do caso Raposa-Serra do Sol, que vedaria a ampliação de TIs ([veja aqui](#)).

Tanto no caso da TI Porquinhos quanto no da TI Guyraroká, os ministros da 2ª turma contrariaram decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a segunda corte mais importante do País.

Jurisprudência

"O quadro que se desenha é bastante preocupante”, analisa Duprat. Ela avalia que a aplicação generalizada das orientações do caso Raposa-Serra do Sol, alvo de intensas críticas do movimento indígena, traria muitas dificuldades para novas demarcações. A expectativa da bancada ruralista, que cresceu no Congresso nas últimas eleições, é a de que as últimas decisões justifiquem novas ações.

A procuradora reforça, porém, que, com exceção da 2ª turma do STF, é muito difícil fazer um prognóstico sobre a consolidação de jurisprudência sobre o tema. Duprat menciona que, além de decisões divergentes nas duas maiores cortes do País, vários ministros do STF tomaram decisões isoladas defendendo que as condicionantes não seriam aplicáveis a outras situações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Marcos Lima, do MPF-MS, alerta que, em vez de resolver os conflitos, as decisões recentes do STF podem ampliá-los. "É possível prever que várias terras que já estão no prelo de serem demarcadas serão impactadas. Você simplesmente paralisar ou anular [a demarcação], não vai resolver o problema. Vai perpetuar para todo o sempre o conflito".



O clamor dos indígenas que precisamos ainda ouvir

SÍTIO RÁDIO EL DOURADO FM, 28.10.2014

A causa indígena nunca foi resolvida no Brasil. A toda hora se ouvem invasões de terras indígenas para dar lugar ao agronegócio.

A causa indígena nunca foi resolvida no Brasil. A toda hora se ouvem invasões de terras indígenas para dar lugar ao agronegócio. Homologação de suas terras são proteladas. E há assassinatos e suicídios misteriosos entre os guarani.

Não obstante, deram-se alguns avanços que cabe reconhecer como a demarcação e homologação em área contínua da terra Yanomami contra a pressão de meia dúzia de arrozeiros, apoiados pelo latifúndio pelo agronegócio; a devolução da terra indígena xavante Marãiwatsédé na Prelazia de São Felix do Araguaia, de onde haviam sido arrancados à força há 40 anos atrás. A mesma coisa não ocorreu com a terra dos Guarani Kaiowá, Guayraroka, que o STF, com os votos dos ministros Celso Mello e Carmen Lúcia, rejeitou o voto de relator do processo o ministro Ricardo Lewandowski. Em nenhum momento a comunidade indígena foi consultada e o latifundiário que as ocupou, ganhou o direito sobre os 12 mil hectares das terras tradicionais.

Casos como estes são frequentes, por mais que a Funai e o CIMI (Centro indigenista missionário da Igreja Católica) se empenhem em sua defesa. Neste contexto vale recordar O Manifesto da Comissão Indígena 500 anos (1999) expressando o clamor de 98 diferentes povos originários. Eles denunciaram com veemência: "Os conquistadores chegaram com fome de ouro e de sangue, empunhando em uma das mãos armas e na outra a cruz, para abençoar e recomendar as almas de nossos antepassados, o que daria lugar ao desenvolvimento, ao cristianismo, à civilização e à exploração das riquezas naturais. Estes fatores foram determinantes para o extermínio de nossos antepassados...."

"O dia 22 de abril de 1500 representa a origem de uma longa e dolorosa história...Afirmamos nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações festivas do V centenário, por atentar e desrespeitar nossos antepassados, mortos em defesa de seus filhos, netos e gerações futuras. E por negarem nosso direito à vida como povos culturalmente diferenciados..."

"Pretendemos sim, celebrar as conquistas ao longo dos séculos, plenas de heróis anônimos, que a história se nega a reconhecer. Celebramos sim, as vitórias que nos custaram tantas vidas e sofrimentos, porém trouxeram a determinação e a esperança de um mundo mais humano, de solidariedade".

CONT.



“Celebraremos também o futuro, herdeiros que somos de um passado de valorização da vida, de ideais, de sonhos deixados por nossos antepassados. Apesar das desigualdades e injustiças, estamos cientes da importância de contribuir para a consolidação de uma humanidade livre e justa, aonde índios, negros e brancos vivam com dignidade”(Jornal do Brasil de 31 de maio de 1999). Na campanha presidencial nunca se abordou com seriedade esta demanda histórica dos indígenas.

O que poderíamos esperar dos portugueses que durante quinze séculos passaram pela educação cristã? Que ao verem aqueles belos corpos na praia, espreitando curiosamente a chegada das caravelas, exclamassem: “Que bom! Descobrimos mais irmãos e irmãs. Vamos abraçá-los e beijá-los como membros da grande família de Deus, representantes diferentes do corpo místico de Cristo”. Nada disso ocorreu.

Depois do primeiro encontro pacífico, cheio de lirismo descrito pela carta de Pero Vaz de Caminha, tudo mudou. Vieram com a cobiça pelas riquezas da terra. Moveram-lhes guerras, chegaram a negar-lhes a humanidade e, apesar de sua inocência e bondade natural, atestadas por todos os primeiros missionários, consideraram-nos faltos de salvação. E os subjugaram e os batizaram sob medo.

Alguma coisa falhou no processo de educação e de evangelização dos europeus, notadamente dos espanhóis e dos portugueses que impediu que ocorresse verdadeiramente um encontro de pessoas e de culturas. O que houve foi uma negação pura e simples da alteridade.

O assim chamado “descobrimento” equivaleu a um encobrimento e a um apagamento do outro, da história dos povos originários do Brasil e de Africa. Também não significou um “encontro” de culturas mas uma invasão. O que de fato ocorreu foi um imenso desencontro, um verdadeiro choque de civilizações com o submantimento completo dos negros e dos indígenas mais fracos. Até hoje fica a marca deste ato fundacional nas formas como discriminamos os indígenas, não respeitando suas terras sagradas e mantendo preconceitos contra os afrodescendentes, aqueles que construíram quase tudo do Brasil.



Polêmica sobre demarcação de terras deve voltar à tona na Câmara em 2015

SÍTIO REGISTRADORES NOTÍCIAS, 28.10.2014

Por Imprensa ARISP

A partir de fevereiro, mais da metade da Casa será composta por deputados ligados ao agronegócio, defensores da PEC 215. Indígenas são contrários à proposta, que diminui o poder da Funai sobre as demarcações. A polêmica sobre a Proposta de Emenda à Constituição que submete ao Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas no País (PEC 215/00, do ex-deputado Almir Sá) deve voltar com força na próxima legislatura.

A chamada bancada ruralista, defensora da medida, será ampliada a partir do próximo ano. Levantamento da Frente Parlamentar da Agropecuária indica que os parlamentares ligados ao setor deverão representar 51% da Câmara dos Deputados, com 263 dos 513 deputados eleitos para o período de 2015 a 2018. Hoje, são 191.

Do outro lado, nenhum indígena foi eleito para a Câmara, a exemplo de 2010. Mas a ausência de um parlamentar índio não tem impedido a vinda de lideranças indígenas ao Legislativo nos últimos anos. Em um dos protestos, índios chegaram a subir no teto do Congresso em protesto contra a PEC.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário, 53 indígenas foram assassinados no ano passado em consequências de conflitos agrários diretos ou indiretos. Agricultores reclamam, no entanto, que muitas vezes colonos que ocupam áreas de boa-fé são retirados de suas terras para a demarcação de um território indígena.

Solução ou retrocesso?

Para o relator da PEC na comissão especial da Câmara que analisa a matéria, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR), a proposta poderá trazer uma solução para os problemas. "Se você conversar com muitos índios, vai identificar que o que querem mesmo não é mais terra. Não que estejamos negando terra; estamos cumprindo o nosso dever. O País está testemunhando morte de índios e agricultores. É uma missão, um compromisso nosso."

Já na opinião de Padre João, medida significa um retrocesso. Um dos principais defensores da causa indígena na Câmara, o deputado Padre João (PT-MG) discorda. "A PEC 215 significa o maior retrocesso. A gente percebe a organização de uma bancada, formando uma maioria, indo a voto e que se torna, de fato, uma ameaça a um direito constitucional sagrado, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal", diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

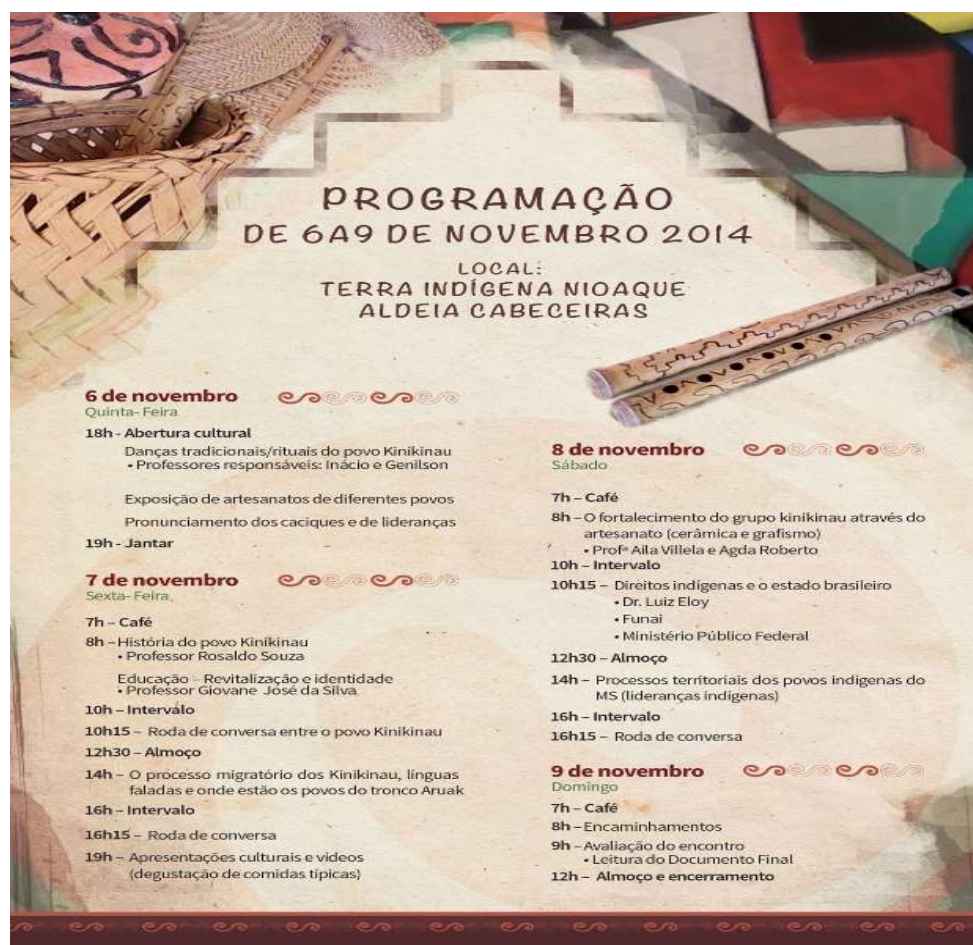
Atualmente, a demarcação de terras indígenas é de responsabilidade da União, com base na Constituição e em um decreto (Decreto 1.775/96). Conforme Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário, as normas são suficientes. Existem no Brasil quase 900 mil índios e mais de 690 terras indígenas. Os povos nativos reivindicam, no entanto, o reconhecimento de cerca de 1000 áreas.

Fonte: Câmara dos Deputados



1ª Assembleia do Povo Kinikinau, de 6 a 9/11, Terra Indígena Nioaque, Aldeia Cabeceiras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.10.2014





Indígenas do MS se organizam

SÍTIO CEDEFES, 29.10.2014

POVOS INDÍGENAS GUARANI, KAIOWÁ, TERENA E KINIKINAU SE UNIFICAM EM DEFESA DA TERRA INDÍGENA GUYRAROKÁ E DE SUAS RETOMADAS

Guyraroká traduzido para o português significa algo como “O Terreiro dos Pássaros” e segundo os indígenas Guarani-Kaiowá, era neste local que milhares de tipos de aves repousavam de suas migrações voluntárias colorindo as manhãs e os poentes com todos os tipos de cores e formas. Assim como os filhos da terra, com os desmatamentos e ocupações recentes – feitos pelos Karai (não indígenas) - do território localizado nas imediações de Dourados, os passarinhos deixaram o local em fuga tendo que iniciar uma dolorosa onda de migrações forçadas.

Na manhã da última quinta-feira, dia 23, após muitas curvas terem sido viradas pela história, indígenas das etnias Guarani, Kaiowá, Terena e Kinikinau, vindos dos quatro cantos do estado do Mato Grosso do Sul, reuniram-se no solo sagrado da aldeia de Guyraroká para a realização do Conselho da Grande Aty Guasu.

Prestando solidariedade as famílias da aldeia que por decisão de parte do Supremo Tribunal Federal (STF), sofrem possibilidade de novo despejo forçado, os representantes dos quatro povos uniram suas vozes para dizer ao Estado e governo brasileiro que os povos indígenas do Mato Grosso do Sul estão articulados e prontos para resistir aos ataques a seus direitos, estando decididos, caso necessário, a morrer coletivamente em defesa de seus territórios ancestrais.

Há pouco mais de uma semana, uma delegação representada por mais de 40 lideranças Guarani-Kaiowá retornaram de Brasília. Na Capital Federal os indígenas manifestaram ao STF a dor que seu povo sente pela decisão que a Segunda Turma do órgão tomou em relação ao território de Guyraroká. A decisão, por se tratar de um retrocesso dentro do procedimento demarcatório há muito em curso em relação a esta terra indígena, é temida pelos povos por significar um precedente fundamental aberto junto aos interesses ruralistas. Em Brasília ainda foi cobrado do Governo Federal e dos órgãos ligados aos Direitos Humanos a garantia dos direitos constitucionais e medidas que garantam a segurança física e cultural dos povos originários frente aos ataques executados por pistoleiros a céu aberto em qualquer momento do dia.

Já em terras sul-mato-grossenses, os protestos Guarani-Kaiowá ganharam corpo e passaram a contar com o apoio concreto dos demais povos do estado. Chamados para participar da

CONT.



Reunião do Grande Conselho Guarani-Kaiowá da Aty Guasu, representantes Terena e Kinikinau compareceram sem titubear na reunião considerada histórica pelas lideranças dos quatro povos participantes.

Junto ao Conselho da Aty Guasu, os indígenas concluíram que as forças ruralistas que influenciaram os poderes Legislativo e Executivo a praticar uma série de ataques aos direitos dos povos originários ao longo dos dois últimos anos, passaram agora a exercer influência também sobre parte do poder Judiciário. Fato que ocorre no justo momento em que, após as eleições, a bancada ruralista no Congresso Nacional se fortalece. Congresso este que possui hoje a composição mais conservadora desde os tempos da ditadura militar.

Foi unânime entre os povos presentes que Guyraroká é o exemplo mais explícito desta nova movimentação. A Terra Indígena passou a ser uma espécie de chave para o futuro de todas as demarcações no Brasil. Frente ao fato, os indígenas firmaram o compromisso de que o direito constitucional que garante a permanência da comunidade indígena em seu território ancestral deve ser defendido a qualquer custo.

Quem explica é Ava Jeguaka Rendy'Ju do povo Kaiowá: "Não é apenas em solidariedade à espera de 90 anos de seu Tito (rezador de Guyraroká) em poder estar em paz com sua terra o motivo de estarmos aqui. Estamos aqui porque neste momento Guyraroká é a Tekohá (aldeia/lugar onde se é) de todos os povos indígenas do Brasil. Estão usando o Marco Temporal de má fé contra nosso povo, algo que só serviu para Raposa Serra do Sol. Os ruralistas estão aos poucos conseguindo o que buscaram todos estes anos, montar estratégias para acabar com nosso povo. O que machuca é que estão tendo apoio de quem deveria garantir nosso direito. Existem boas decisões do STF, mas esta foi muito ruim, ela prejudica a todas as comunidades. Mas nós não tememos, porque agora nossos parentes Terena e Kinikinau estão aqui. Nós não temos medo, Seguimos afirmando o que dissemos em Brasília, resistiremos até a morte aos despejos e à violência."

A decisão da Segunda Turma do Supremo em relação à Guyraroká é baseada na condicionante do Marco Temporal, que previu que o reconhecimento do direito dos indígenas a terras que tradicionalmente ocupam estaria condicionado a sua habitação ao tempo da promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal condicionante foi utilizada no caso emblemático da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, porém o voto de Luiz Roberto Barroso, relator dos sete embargos de declaração, deixou claro que tal condicionante não possui caráter vinculante para Juízes ou tribunais. Desta forma, as condicionantes não devem ser parâmetro para exames de outros processos relativos a demarcações de terras indígenas diversas. Na ocasião, o voto de Barroso foi acatado por unanimidade.

Na prática, porém, o resultado foi bem diferente. Os indígenas avaliaram durante o decorrer do encontro que, em efeito cascata, enquanto o Executivo e o Legislativo paralisaram as demarcações, as comarcas locais têm executado despejos e atacado os direitos constitucionais dos povos com base, em essência, nessas mesmas condicionantes. Kurussu Amba, Terra Indígena Kaiowá localizada no município de Coronel Sapucaia é um exemplo claro. Após dez anos esperando a demarcação de seu território ancestral, sujeitos a condições desumanas, a

CONT.



comunidade retomou uma pequena parcela de sua Terra para poder plantar e combater a fome e está na iminência de sofrer procedimento de reintegração de posse. No texto da decisão emitida pela juíza é citado categoricamente o Marco Temporal como premissa fundamental da decisão.

Longe de ser exclusividade do povo Guarani-Kaiowá, os ataques sofridos pelos demais povos foram socializados e analisados pelos participantes do encontro. No caso dos Terena a atenção recaiu sobre os processos de paralisação e ordens de despejo referentes em especial as aldeias de Mãe Terra e Buriti, enquanto o povo Kinikinau relatou a dificuldade e a dor de viver alijado de seus territórios tradicionais.

Os indígenas frisaram que em seu entendimento, uma política de retrocessos aos direitos originários vem há tempos sendo orquestrada no interior da própria Advocacia Geral da União (AGU), pela qual, em partes baseadas na decisão de 2009 referente à Raposa Serra do Sol, foi redigida a portaria 303 que restringe consideravelmente os direitos indígenas.

Por fim, foi analisado que o efeito final destas medidas que afetam os procedimentos demarcatórios é sentido na pele por milhares de indígenas em suas aldeias. Demonstrações de violência direta executadas diariamente contra os povos indígenas se intensificam a cada nova decisão gerando um clima de tragédia anunciada para os povos indígenas, não só no Mato Grosso do Sul, mas em todo território brasileiro.

Os olhares e palavras de compromisso e solidariedade mútua entre os representantes dos povos Guarani, Kaiowá, Terena e Kinikinau semearam por fim um processo de resistência geral dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul que indubitavelmente ecoou e encontrou respaldo no seio das comunidades indígenas espalhadas por todo o estado.

Em documento final os indígenas reforçam que sua decisão é de resistir aos desmontes de seus direitos, e que estão dispostos a morrer se a decisão do Governo Federal e da Justiça for de manter sua postura de aproximação com o agronegócio. "Esta é nossa resposta às cartas e promessas dos presidentiáveis" Reforça a liderança Daniel Lemes Vasques, da aldeia Kaiowá de Guaiviry, "Iremos resistir a cada processo de reintegração e aos ataques que cada um destes povos está sofrendo, mobilizando os quatro povos e resistindo diretamente. Em Guyraroká, Kurussu Amba, Mãe Terra, onde for estaremos lá. não queremos Guerra, mas já estamos sendo massacrados", diz Daniel, "a decisão é do Governo Federal".

É chegado o tempo de cessarem as migrações forçadas. É chegado o tempo de que os povos indígenas deixem de ser exilados em seus próprios territórios. Quem sabe assim os pássaros voltem a colorir as manhãs e os poentes de Guyraroká e de todos os Terreiros de mata que certamente renascerão. A partir desta Aty Guasu a resistência dos quatro povos passou a colorir esperança para centenas de aldeias palmilhadas por cada canto deste chão.



Incra recebe a posse de fazendas para criar assentamentos em Minas Gerais
SÍTIO CEDEFES, 29.10.2014

O Incra recebeu a posse de duas fazendas, na última semana, no estado de Minas Gerais. As imissões na posse foram realizadas em decorrência de ações judiciais de desapropriação ajuizadas pela Procuradoria Federal Especializada (PFE) para conferir às áreas o cumprimento de sua função social.

Com a posse, o Incra inicia os trabalhos para criar assentamentos rurais nas Fazendas Lagoa do Belo – com área de 941 hectares, localizada em Jampruca, distante 380 km de Belo Horizonte, no Vale do Rio Doce -, e na Fazenda Monte Cristo, de 1,3 mil hectares, em Salto da Divisa, a 880 km da capital do Estado.

A Lagoa do Belo teve Decreto Presidencial de interesse social para fins de reforma agrária publicado em dezembro de 2011, após ser identificada como grande propriedade improdutiva por laudo de vistoria do Incra.

Já o decreto da Monte Cristo, foi publicado em maio de 2006, no entanto, o Incra ficou impedido de ajuizar ação de desapropriação, antes de julgamento da ação do proprietário que questionava o laudo que classificou a Fazenda como improdutiva. Após confirmação do descumprimento da função social da terra pela justiça é que foi possível a ação de desapropriação para fins de reforma agrária.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br>



Dourados registra 23 assassinatos contra indígenas este ano

SÍTIO FÁTIMA NEWS, 29.10.2014

A cidade de Dourados registrou este ano 23 assassinatos contra indígenas e 107 casos de agressão. Os números são do Conselho Distrital de Saúde Indígena com base nos atendimentos dos postos de Saúde na Reserva. De acordo com o coordenador da entidade, o indígena Fernando de Souza, os números são preocupantes porque já se aproximam do total de casos do ano passado (36).

Em relação aos números de agressão, a aldeia Jaguapiru registrou 60 casos, já a Bororó 42. São notificações classificadas como "causas externas" divididas entre situações de suicídio, estupros e espancamentos.

De acordo com Fernando, hoje a aldeia passa por situação de crise. Segundo ele, em 100% dos casos, os envolvidos são de famílias desestruturadas. Este fato também influencia no uso de drogas e a bebida alcoólica.

"Nossos indígenas hoje enfrentam diariamente o confinamento de dividirem espaço de 3,6 hectares com 13 mil indígenas. A violência está em todos os lugares e pouco se faz para mudar esta realidade. Falta expectativa de vida dos nossos jovens e cair no mundo do crime é uma das alternativas mais fáceis infelizmente", lamenta.

Fernando diz que estes casos de uso de drogas, mortes e violência acabam gerando outros problemas como a superlotação na Saúde pública, a evasão escolar, entre outros. "Nos governantes deveriam ter um olhar especial para a nossa aldeia, construindo mais salas de aula, incentivando os cursos profissionalizantes, num modelo é claro, que respeite a cultura e tradição dos nossos povos. Hoje muitos pensam que investir na aldeia é atribuição somente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o que não é verdade. O município e Estado recebem investimentos com base na renda per capita da população e nossos indígenas estão integrados nesta conta", destaca.

Mortes no Estado

Dados de entidades ligadas a questão indigenista mostram que o Estado tem figurado como o mais violento do país há mais de uma década. Nos últimos 11 anos, os levantamentos mostram que pelo menos 616 indígenas foram assassinados no país, sendo que 349 destas mortes ocorreram no Mato Grosso do Sul, onde o relatório aponta que a maioria das comunidades vive em situação de extrema precariedade.

Conforme o relatório a maioria das moradias são em acampamentos improvisados nas margens das rodovias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

A Reserva Indígena de Dourados é apontada como a de maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, abrigando mais de 13 mil indígenas em 3,6 hectares de terra. Nela aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no Estado em 2013.

No ano passado o país registrou que pelo menos 53 índios foram assassinados em consequências de conflitos, diretos ou indiretos, pela disputa de terras. Desse total 33 vítimas de assassinatos (62% do total no país) foram registrados somente em Mato Grosso do Sul, sendo 31 entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá e dois casos do povo Terena.



Na defesa de uma educação que valorize saberes tradicionais, encontro reúne professores indígenas
SÍTIO CIMI, 29.10.2014

Na defesa de uma educação que valorize saberes tradicionais e contemple as especificidades de cada etnia, mais de 30 povos se reúnem esta semana em Luziânia (GO), no 2º Encontro Nacional de Professores Indígenas.

A afirmação da identidade étnica e cultural, o respeito à memória histórica e a consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo são pautas reivindicadas por cerca de 100 indígenas presentes no evento que vai até o dia 31 de outubro.



"A gente enfrenta muitos problemas na área de educação e já escutamos tantas recusas, temos direito a especificidade, mas quando buscamos melhorias escutamos não. Onde está meu direito de ser específico? Da minha comunidade ter a sua forma de ser respeitada? O governo só quer nosso atraso", protesta Flaubert Guajajara.

Na tarde desta terça-feira, 28, os indígenas debateram sobre a garantia de sua autonomia. "Autonomia não significa estar isolado e não se relacionar com o outro. Autonomia significa não estar subordinado ao outro. Acho que cada povo tem que ter o seu projeto próprio e na conjuntura há uma disputa permanente entre projetos dos povos e externos", aponta Cleber César Buzatto, secretário- executivo do Cimi.

A disputa apontada por Buzatto é a de setores do agronegócio, empreiteiras, mineradoras e fazendeiros contra os povos originários, nesse sentido, a autonomia indígena é importante na defesa dos direitos e no enfrentamento a medidas que subordinam e aniquilam o projeto dos indígenas. "Se a autonomia não partir do próprio povo não vai haver perspectivas para a educação melhorar", corrobora Vanice Domingos da etnia Kaingang.

Muitos povos sofrem no Brasil com a falta de uma infraestrutura escolar que abarque e respeite seu modo de ser. Os professores apontaram também a necessidade de diferenciação entre escola indígena e educação indígena. "Educação Escolar Indígena se resume a políticas públicas como: professor remunerado, com todos os agentes de apoio técnico educacionais,

CONT.

por aí vai. Quanto educação indígena é aquela educação própria, originária, autóctone de cada povo, distinta entre si, mas baseada na oralidade dos seus saberes e fazeres que não são reconhecidos pela academia. São saberes e fazeres construídos durante milênios, carregada de simbolismo e signos”, afirma Félix Bororo.



É preciso reconhecer a diversidade sociocultural e linguística dos povos, assim como a participação dos indígenas na formulação e execução de políticas públicas em projetos desenvolvidos em seus territórios. “Falta muito para que nossas escolas tenham suas especificidades que contemplem nossa língua para que tenhamos nossa alteridade protegida. Hoje embora a escolarização indígena tenha sido positiva, por um lado foi negativa, pois quer separar tudo. Para nós o mundo espiritual e o físico estão unidos, mas os gestores municipais e

federais erram achando que os cosmos estão reunidos em caixinhas. Ah agora vamos estudar física, química e matemática. Os povos indígenas não conseguem ver dessa forma, pois são povos que estão ligados a natureza”, complementa Félix Bororo.

Direito à terra ameaçado

Os professores e professoras indígenas manifestaram preocupação frente ao projeto político colocado em prática pelo governo. Se no Legislativo e Executivo diversas medidas tentam impedir as demarcações e mudar conquistas já garantidas na Constituição Federal, os indígenas se deparam agora com a judicialização do reconhecimento de suas terras, caso da terras de Guyraroká (MS) e Porquinhos (MA).

Nas duas terras a 2º Turma do STF anulou as portarias declaratórias atendendo a mandados de segurança- recurso judicial que não permite defesa da comunidade- impetrados por fazendeiros. No caso de Porquinhos, terra do povo Kanela/Apãniekra, o Supremo vedou revisão dos limites da terra já demarcada.

O encontro termina nesta sexta-feira com atividades políticas e debates sobre educação escolar indígena durante a semana.



Microprojetos de Fortalecimento Regional atende regiões e bases do CIR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2014

O vice-coordenador da região das Serras Eugenio Mariano Gabriel recebendo os equipamentos do coordenador geral do CIR



Foto: Arquivo/CIR

Ascom/CIR

Com o objetivo de fortalecer as regiões e suas comunidades indígenas, permitindo que possam criar seus próprios mecanismos para execução de projetos, a partir das iniciativas de acordo com os potenciais existentes em cada etnorregião, nas áreas de agricultura, pecuária e gestão ambiental, além de outros, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) na metade do semestre de 2014 começou a entregar os materiais e equipamentos oriundos dos Microprojetos de Fortalecimento Regional. A entrega iniciou-se no último dia 17 de outubro.

Os Microprojetos atendem as oito regiões que formam a base do CIR, Serras, Baixo Cotingo, Surumu, Raposa, Amajari, Murupu, Serra da Lua e Taiano. O valor disponibilizado para cada região no atual projeto é de R\$ 6 mil totalizando R\$ 48 mil para as oito regiões.

As regiões serão beneficiadas com equipamentos eletrônicos (computadores, câmera fotográfica, caixa de som), mobiliários (mesas, cadeiras, armários) e materiais de construção (tijolos, telhas, cimento), conforme propostas e necessidades específicas apresentadas por cada região.

Origem dos Microprojetos

Os pequenos projetos são resultado das discussões iniciadas na reunião da Coordenação Ampliada do CIR realizada em dezembro de 2013 com a presença do coordenador do Programa Indígena da Embaixada da Noruega Kristian Bengtson e do consultor de projetos Luciano Padrão.

CONT.



Na reunião foi feito um levantamento das principais necessidades e recursos existentes, onde foi aprovada a elaboração de projetos pilotos no ano de 2014 nas linhas de comunicação, articulação e infraestrutura dos Centros Regionais.

Dando continuidade nas discussões sobre as iniciativas, na reunião da Coordenação Ampliada do CIR em julho desse ano, o consultor Luciano Padrão assessorou a elaboração dos microprojetos pelas coordenações regionais das oito regiões beneficiadas.

Durante a reunião foram definidas as ações e orçamentos a serem executados nas regiões, assim como um termo de uso dos equipamentos a ser assinado pelas lideranças regionais e pela coordenação geral do CIR. Foi acordado que na reunião da Coordenação Ampliada de dezembro de 2014 as lideranças deverão apresentar o relatório de uso dos equipamentos, a descrição das atividades desenvolvidas, e o esboço dos Microprojetos de Fortalecimento Regional propostos para o ano de 2015.

Para o próximo ano existe uma previsão de aumento no valor deste recurso, a ser analisado pela Embaixada da Noruega de acordo com o resultado alcançado e a avaliação que será feita na próxima reunião da Coordenação Ampliada do CIR a ser realizada no mês de dezembro desse ano.

Entrega dos materiais e equipamentos

A região das Serras foi a primeira região a receber os materiais e a segunda a região do Amajari. O coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Mario Nicacio fez a entrega aos coordenadores regionais das respectivas regiões.

O coordenador geral esclarece e reforça que os microprojetos servirão para fortalecer as bases do CIR, no caso as coordenações regionais, para que cheguem mais próximas das comunidades indígenas no sentido de levar informações e divulgar os resultados.

Um dos coordenadores regionais que já recebeu os materiais, Avelino Duarte, da região do Amajari, também complementa dizendo que o projeto não vai atender somente os trabalhos da coordenação regional, mas de toda comunidade. "Esses materiais vão servir para o trabalho das mulheres, professores, dos jovens que precisam para fazer os seus relatórios, registrar as reuniões e outras atividades". Uma das primeiras atividades que a região utilizará os equipamentos será a assembleia regional, prevista para ocorrer no mês de novembro.

A entrega às demais regiões deverá ser feita até o mês de novembro, período previsto para o início das atividades regionais, principalmente as assembleias.



Mais de 100 indígenas farão atos pela educação e demarcação de terras nesta quarta-feira em Brasília

SÍTIO CIMI, 29.10.2014

Representando cerca de 50 povos de todas as regiões do país, mais de 100 professores indígenas, reunidos em Brasília para o Encontro Nacional dos Professores Indígenas, farão dois atos públicos nesta quarta-feira (29), no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo direito dos povos à educação de qualidade e diferenciada, pela retomada das demarcações das terras indígenas e pela nulidade de decisões recentes do STF que subtraem o direito dos povos a suas terras tradicionais.

A manifestação começa logo após o lançamento do Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil, que inicia às 10h na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De lá, os indígenas seguirão em caminhada para o Palácio do Planalto, onde protocolarão o Manifesto e também um documento elaborado pelos professores que traz propostas para a educação escolar indígena e cobra a retomada das demarcações no país.

Existem 30 processos de demarcação de áreas já identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como terras indígenas tradicionais que não têm nenhum impedimento administrativo ou litígio judicial. Desses, 17 aguardam apenas a assinatura do decreto de homologação pela Presidência da República.

Após registrar os documentos no Palácio do Planalto, os indígenas seguirão até o STF, onde farão ato político para protocolar pedido de nulidade de uma decisão da Segunda Turma que invalidou a Portaria Declaratória do processo demarcatório da Terra Indígena Porquinhos, do povo Canela Apãniekra, no Maranhão.

Além da petição, o grupo entregará aos ministros do Supremo uma carta explicitando a situação de ataques aos direitos constitucionais dos povos indígenas pelo Poder Legislativo, com as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que visam subtrair esses direitos (PEC 215/00, PEC 237/13 e PLP 227/12); pelo Poder Executivo, que paralisou as demarcações de terras indígenas e até mesmo pelo Poder Judiciário, que em decisões recentes optou pela anulação da demarcação de dois territórios (TI Porquinhos e TI Guyraroká) já declarados há anos como de ocupação tradicional indígena pelo Ministério da Justiça.

As ações têm cunho pacífico e ao longo da manifestação os indígenas deverão fazer suas rezas e rituais na Praça dos Três Poderes.

Serviço:

O quê: Atos em defesa dos direitos indígenas

Quando: 29 de outubro (quarta-feira), após o lançamento do Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil.

Onde: Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal – Praça dos Três Poderes, Brasília, DF

Mais informações: Assessoria de Imprensa Cimi – Luana Luizy: 8128-5799, Carolina Fasolo: 61 9686-6205



Conselho do Povo Terena realiza 6ª Grande Assembleia: 19 a 23 de novembro, em Lalima

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2014

Acontece nos dias 19 a 23 de novembro de 2014 a Grande Assembleia do Povo Terena, na terra indígena Lalima, município de Miranda, Mato Grosso do Sul

Por Luiz Henrique Eloy



Lideranças do Conselho Terena preparam a próxima Assembleia que discutirá temas relacionados ao território, direito, saúde, educação, sustentabilidade e política. Na sua sexta edição, o encontro visa reunir caciques, lideranças de retomadas, mulheres, anciãos e a juventude indígena.

O evento contará ainda com a participação do Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá, povo Kinikinau, Kadiwéu e Ofaié.

Com mesas específicas para cada área de atuação a novidade desta Assembleia é a Mesa 3, que tratará dos direitos dos Povos Indígenas em âmbito internacional, abordando a legislação e, em especial, a Convenção 169 da OIT, que consagra princípios importantes como a autonomia, livre determinação dos povos e o direito a consulta e consentimento prévio, livre e informado. Para esta mesa foram convidadas a advogada Samia Roges Jordy Barbieri, presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai) da OAB/MS, e Kenarik Boujikian, Desembargadora do Tribunal de São Paulo e fundadora da Associação Juízes para a Democracia (AJD).

O advogado do Conselho Terena, Luiz Henrique Eloy, aponta para importância do evento: "é o momento de as lideranças refletirem sobre as demandas da comunidade e, principalmente, debaterem sobre os principais entraves para a efetiva demarcação dos territórios tradicionais, visto que desde a Constituição Federal de 1988 apenas uma terra indígena terena foi de fato demarcada de acordo com os ditames do Art. 231 da CF/88".

Está prevista também a participação da Coordenadora Executiva da APIB, Sonia Guajajara, que vem acompanhando os desafios atuais aos direitos dos povos indígenas e a consecução de políticas públicas específicas para as comunidades indígenas de todo o Brasil.

Foram convidados para a Assembleia entidades que apoiam a luta das comunidades indígenas, tais como o Ministério Público Federal (MPF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI),

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Associação Juízes para a Democracia (AJD), Departamento de Proteção Territorial da FUNAI, União e Procuradoria Especializada da FUNAI, Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB/MS, RENAP, CONDEPI e Justiça Global.

O Conselho do Povo Terena integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e, juntamente com a Aty Guasu Guarani Kaiowá, representa sua instância regional em Mato Grosso do Sul.

Saiba mais sobre o Conselho do Povo Terena [aqui](#).
Ouça lideranças Terena [aqui](#).

Mais informações:
Lindomar Terena
Luiz Henrique Eloy (adv.luizeloy@gmail.com)



PROGRAMAÇÃO

Dia 19 – Quarta-feira

17:00hs – chegada

19:00hs – Mesa das lideranças indígenas

- Momento de reza tradicional – Dança KohixotiKipáe / Dança Siputrema
- Vídeos – Imagens da luta do movimento indígena

Dia 20 – Quinta-feira:

Mesa 1 (8:00 as 12:00) –Conjuntura Nacional e Internacional da luta dos povos indígenas

Esta mesa destina-se a análise da conjuntura nacional e internacional da luta dos povos indígenas do Brasil e América Latina, refletindo sobre a legislação indigenista e os principais desafios das populações tradicionais diante do modelo de desenvolvimento adotado pelos Estados Nacionais. Proposições legislativas em trâmite serão alvo de análise e contará com assessorias técnicas de profissionais que atuam na defesa judicial dos povos indígenas e lideranças indígenas que acompanham o movimento indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Convidados: Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Plataforma Dhesca, Associação Juízes para a Democracia, entre outros.

Mesa 2 (13:30 as 18:00) – Situação Jurídica das terras indígenas de Mato Grosso do Sul

Tem por objetivo informar as lideranças presentes a situação atual dos procedimentos demarcatório de cada terra indígena, bem como os processos judiciais em trâmite na Justiça Federal de Mato Grosso e nos Tribunais Superiores.

Convidados: Departamento de Proteção Territorial da FUNAI, Ministério Público Federal (MPF), Advocacia da União e Procuradoria Especializada da FUNAI.

20:00hs – Apresentação Cultural Guarani/Kaiowá

Dia 21 – Sexta-feira:

Mesa 3 (8:00 as 12:00) – Os direitos dos Povos Indígenas nos tratados internacionais

Tratará da legislação internacional dos direitos dos Povos Indígenas fortalecendo assim a discussão na comunidade e também refletir sobre a efetivação desses direitos. Desta maneira esta mesa tem por objetivo trabalhar essa gama de legislação voltada para os povos indígenas, em especial a Convenção 169 da OIT que consagra princípios importantes como a autonomia, livre determinação dos povos e o direito a consulta e consentimento prévio, livre e informado.

Convidados: Secretaria de Articulação Social da Presidência da República, Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB, RENAP, CONDEPI e Justiça Global.

Mesa 4 (13:30 as 18:00) – Retomada da educação escolar indígena

Este momento é coordenado pelos professores indígenas e tem por objetivo discutir sobre educação indígena, escola indígena, práticas interculturais e processo próprio do ensino – aprendizagem na língua materna. Como inovação, esta mesa se propõe também a “desconstruir a doutrina do descobrimento” que se firmam nas teorias, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou indivíduos, ou que a defendem alegando razões de origem nacional ou diferenças raciais, religiosas, étnicas ou culturais.

Convidados: Representante indígena do Conselho Nacional de Educação no MEC; Secretaria Estadual de Educação; Secretarias municipais de educação; Representante dos Povos do Pantanal no MEC e Representante Guarani Kaiowá no MEC

Dia 22 – Sábado:

Mesa 5 (8:00 as 12:00) – Sustentabilidade e Meio ambiente

Pretende-se refletir junto com a comunidade a gestão territorial e ambiental em terras indígenas. Desde 2009, por meio da Portaria Interministerial nº. 434, o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, composto por membros da Funai, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e representantes indígenas tem discutido a construção da proposta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com a finalidade de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 194/ 2014

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Convidados: Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – FUNAI; Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Ministério da Pesca – MPA; Conselho GATTI

Mesa 6 (13:30 as 18:00) – Saúde indígena em Mato Grosso do Sul

A mesa destina-se a tratar da situação atual do atendimento e prestação da saúde nas comunidades indígenas. Analisar a política de saúde indígena e os principais desafios a sua persecução. Discute-se também a medicina tradicional e a retomada de práticas tradicionais por uma alimentação saudável.

Convidados: CONDISI; SESAI; Conselho de Saúde, Técnicos e profissionais da área de saúde.

Dia 23 – Domingo

Mesa 5 (13:30 a 18:00) – Organização do Conselho Terena

CNPI – Conselho dos Povos indígenas e sua organização – Questão Política

Documento Final

Realização:

- HÁNAITI HO' ÚNEVO TÊRENOE
- CONSELHO DO POVOTERENA

Apoio:

- Conselho AtyGuasu – Guarani Kaiowá
- Conselho Indigenista Missionário – CIMI
- CESE
- NEPPI/UCDB
- Rede de Saberes/UCDB
- FUNAI



Indígenas querem exoneração de diretores

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 29.10.2014



(Foto: DINHO SANTOS)

O procurador da República Felício Pontes Filho, participou nesta terça-feira de uma reunião com líderes da etnia Kaipó integrantes de três aldeias da região do sul do Pará. O encontro aconteceu no auditório do Ministério Público Federal em Redenção e contou com a participação de mais de 50 indígenas das aldeias Gororotire, Krini localizadas no município de Cumaru do Norte e Las Casas no município de Pau D'arco.

A pauta da reunião que aconteceu com portas fechadas, foi para tratar de assuntos referentes à ação dos coordenadores da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, que, segundo os indígenas, estão desviando os recursos destinados para atender as comunidades indígenas da região do sul do Pará. Durante o encontro os indígenas solicitaram a exoneração de toda a diretoria da FUNAI dos municípios de Redenção e Tucumã, responsável pelo atendimento dos selvícolas na região. Na pauta os líderes Kaipós, cobraram uma explicação sobre ações da Polícia Federal nos garimpos clandestinos existentes nas aldeias que foram fechados pelos agentes federais e uma presença mais eficaz da Funai que está muito distante da comunidade Kaipó, segundo os líderes indígenas. Os Kaipós, cobraram também a demarcação das terras indígenas tanto prometida pela Funai mais que não tem sido executada pelo órgão. Felício Pontes ouviu atentamente as reivindicações e disse que nesta quinta-feira (30), estará reunindo novamente com os líderes onde vai passar as decisões apresentada pelo Ministério Público Federal.

Ao final do encontro o procurador disse que todas as denúncias feitas pelos indígenas serão encaminhadas a Polícia Federal, que fará as devidas investigações e que caso seja verdade as declarações os culpados serão punidos. Quanto à exoneração dos coordenadores o procurador disse que vai aguardar a investigação da PF. "Nós vamos estar aguardando as investigações e voltaremos a sentar para apresentar um plano de extrageia que possa promover essa aproximação da Funai com os Kaipós", disse Pontes. Para o cacique Davi Kaipó, o encontro não deixou a comunidade muito satisfeita pois eles queriam a exoneração imediata dos coordenadores. "Saímos da reunião não muitos contentes, pois a comunidade Kaipó, esperava que os coordenadores fossem exonerados pois eles não tem compromisso com o nosso povo, mais vamos esperar a próxima reunião pra ver o que vai acontecer", disse o cacique.

(DOL, com informações de DInho Santos)



Caminhões e máquinas apreendidas pelo IBAMA em Aldeia Indígena de Juara são doados para Juína e Marcelândia.

SÍTIO METRO FM JUÍNA, 29.10.2014

Cinco (05) caminhões e uma pá carregadeira, apreendidos pelo IBAMA na Operação Onda Verde, realizada em 10 de outubro na Aldeia Indígena Apiaká-Kayabis não voltaram para Juara.

Na oportunidade, foram levados para Juína, pás carregadeiras, caminhões, caminhonetes, tratores de esteira e cerca de 1.200m³ de madeira, extraídas ilegalmente nas terras indígenas, permaneceram na Aldeia para posteriormente serem destinadas à doação.

Segundo informações colhidas pelo Show de Notícias, das máquinas e caminhões que foram levados para o pátio do IBAMA de Juína, 02 caminhões e uma pá carregadeira, voltaram no dia seguinte e passaram por Juara, levados para a cidade de Marcelândia, onde foram doadas para a prefeitura daquele município.

Até a semana passada, dois caminhões ainda permaneciam no pátio do IBAMA de Juína e outro foi doado para a prefeitura da cidade.

Não temos a informações com relação aos termos da doação, se é comodato ou outro tipo de cedência.



Indígena é estuprada e deixada no Anel Viário em Dourados

SÍTIO FÁTIMA NEWS, 29.10.2014

Mais uma indígena é estuprada em Dourados. Dessa vez, uma mulher de 26 anos, que não teve o nome divulgado, foi deixada ensanguentada na Avenida Presidente Vargas em Dourados.

De acordo com informações do boletim de ocorrência, ela que é moradora na Reserva Indígena, marcou um encontro, saiu em companhia de uma amiga e momentos depois foi encontrada próximo ao trevo do Anel Viário.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu, chegou a ser acionado e ela foi encaminhada ao Hospital da Vida. O boletim de ocorrência informa ainda, que durante o depoimento, a indígena recordou--se apenas de ter sido abordada, colocada à força dentro de um carro e logo após, violentada.

Ela continua em observação e a polícia deverá investigar o caso.

No último dia 17, um exame de corpo e delito comprovou que uma menina indígena de 13 anos vinha sendo estuprada, há pelo menos um ano, pelo próprio padrasto na Aldeia Bororó em Dourados.

Os representantes do Conselho Tutelar chegaram até o caso, após a menina de 11 anos fugir de casa e ser levada por parentes ao Centro de Referência em Assistência Social - Cras.

Somente este ano, Dourados registrou 23 casos de assassinatos contra indígenas e 107 casos de agressão.